

# O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA ESCOLA

**RITO**, Ana Carla  
Tyrol@infonet.com.br

**ABREU**, Ricardo Nascimento (Orientador)  
Graduado em Letras Português-Inglês – UNIT  
Especialista em Lingüística Textual – UFRJ  
Mestrando em Educação –UFS  
tenascimento@infonet.com.br

## RESUMO

O preconceito lingüístico dentro da escola apresenta-se como um grande problema educacional porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, tenta impor sua norma lingüística como se fosse ela, de fato, a língua comum a todos os brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica e de seu grau de escolarização. Ficou patente ao longo desta pesquisa que as manifestações de intolerância contra os indivíduos que se utilizam das variações estigmatizadas da língua, geralmente estão associadas às diferenças sociais encontradas na hierarquia de nossa sociedade, revelando também aspectos diretamente ligados à qualidade da educação que é ofertada a cada um destes grupos. Grande parte dos educadores e gramáticos muitas vezes não querem enxergar que, não reconhecendo o valor da língua cotidiana, falada em todo o país, com a singularidade de seus regionalismos e demais aspectos, estão agindo de forma parcial e preconceituosa, esquecendo-se de que o ensino da língua materna deve estar, em primeiro lugar, preocupado com a qualidade de vida e inserção social dos falantes, trabalhando com as possibilidades significativas dos recursos lingüísticos e suas condições de uso, com o fito de viabilizar a produção e a compreensão de textos, que vão servir como meio de comunicação dentro da escola ou na vida cotidiana dos educandos, devendo ser este o papel principal destes educadores.

**Palavras-Chave:** Educação, Gramática, Lingüística, Preconceito

A grande contribuição da Lingüística moderna para o professor foi a de trazer um conhecimento mais estruturado, científico e profundo sobre como se constitui a língua e como ela funciona enquanto instrumento de comunicação com uma dimensão social e histórica.

O professor que domina o funcionamento da língua tem melhores condições de decidir o que é pertinente trabalhar com os seus alunos, assim como estruturar as atividades que os ajudem a atingir um maior domínio da língua e a ter uma maior e melhor competência comunicativa.

Os estudiosos da língua encontram uma bifurcação: de um lado encontramos a norma culta nos dizendo o que devemos e o que não devemos falar, e nos marginalizando quando não a utilizamos; de outro, encontramos a própria língua nos guiando para outros usos próprios. Vemos que, às vezes, ofuscados pela Gramática Normativa Tradicional, discriminando a nós mesmos.

Não existe nenhuma variedade nacional regional ou local que seja intrinsecamente "melhor", "mais pura", "mais bonita", "mais correta" que outra. Toda variedade lingüística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. "Toda a variedade lingüística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares (BAGNO, 2003, p. 48).

Ao se discutir o preconceito lingüístico está se pisando em um terreno complexo, que envolve a linguagem materna, o regionalismo e a linguagem padrão. E o principal, está se inserido em um ambiente onde o uso da linguagem é praticamente homogêneo (BAGNO, 1999).

O interesse pela construção do presente artigo nasceu a partir da análise de estarmos sendo confrontados cada vez mais com regras gramaticais que tanto aparecem nos meios de comunicação, o que transformou a língua em fator predominante de exclusão, quando a mesma não está de acordo com normas e regras.

Através deste trabalho serão abordados temas como o preconceito lingüístico, diferenças entre o ensino de acordo com a classe social, e a utilização da gramática como forma de reprodução de preconceito lingüístico.

Com a ajuda da pesquisa bibliográfica serão demonstrado quais os reflexos do preconceito lingüístico e de que forma ele tem influência na vida dos alunos das variedades não-padrão da língua , ou seja, na sua relação com a sociedade a qual faz parte.

## **AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA ESCOLA COMO FONTE DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO**

A frustração dos jovens das camadas médias e populares diante das falsas promessas do sistema de ensino, converte-se em uma evidência a mais na existência de um preconceito lingüístico baseado na discriminação social. Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, para estudiosos como Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades, passa a ser vista como uma das principais

instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectiva (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004).

A Sociologia da Educação de Bourdieu, constitui ainda hoje, se não o mais importante, certamente um dos principais paradigmas utilizados na interpretação sociológica da educação.

Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004)

O sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais, nem relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares.

Nogueira & Nogueira (2004) discuti a questão da herança cultural familiar, onde tornam-se mais claras quando se consideram certas preocupações teóricas mais amplas que caracterizam o conjunto da obra do autor.

Pierre Bourdieu aponta as insuficiências e os riscos das abordagens que se restringem à experiência imediata do ator individual, ou seja, que se atêm de modo exclusivo ou

preponderante ao universo das representações, preferências, escolhas e ações individuais. Essas abordagens, rotuladas por ele como subjetivistas, são criticadas não apenas por seu escopo limitado, isto é, pelo fato de não considerarem as condições objetivas que explicariam o curso da experiência prática subjetiva, mas, sobretudo, por contribuírem para uma concepção ilusória do mundo social que atribuiria aos sujeitos excessiva autonomia e consciência na condução de suas ações e interações (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004).

O indivíduo é um ator socialmente configurado em seus mínimos detalhes. Os gostos mais íntimos, as preferências, as aptidões, as posturas corporais, a entonação de voz, as aspirações relativas ao futuro profissional, tudo seria socialmente constituído.

Com relação ao objetivismo, Bourdieu afirma em primeiro lugar, que a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá preponderantemente de dentro para fora e não o inverso.

A partir de sua formação inicial em um ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporariam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação.

O capital econômico tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, é formado basicamente por títulos escolares. A bagagem transmitida pela família inclui, por outro lado, certos componentes que

passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural na sua forma “incorporada”.

A Sociologia da Educação de Bourdieu se notabiliza, justamente, pela diminuição que promove do peso do fator econômico, comparativamente ao cultural, na explicação das desigualdades escolares.

A posse de capital cultural favorecerá o desempenho escolar na medida em que facilitará a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares.

As referências culturais, os conhecimentos considerados cultos e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitarão o aprendizado escolar na medida em que funcionarão como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar.

A educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, será uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significará algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador.

Para Bourdieu, cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constituirá um sistema específico de disposições para a ação, que será transmitido aos indivíduos na forma do habitus. A ideia de Bourdieu é a de que, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os grupos sociais iriam construindo um conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo ao que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual eles agem, e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004).

Analisando a perspectiva do preconceito lingüístico a partir das idéias de Bourdieu, este em grande parte é nascedouro desta discriminação cultural ao que os mais pobres são submetidos, as escolas com menos recursos, aos professores menos preparados e a um estado omissivo.

A escola atual, principalmente a pública pode ser considerada uma instituição totalmente subordinada aos interesses de reprodução e legitimação das classes dominantes. Os conteúdos transmitidos, os métodos pedagógicos, as formas de avaliação, de certa maneira são criados em benefício da dominação social. Sendo os mais ricos estudantes de escolas particulares sendo iniciados na língua tida com culta e os mais pobres versados na língua coloquial.

## **A ESCOLA E O PRECONCEITO**

A escola é o lugar das diferenças. Ela já difere aqueles que lá entraram dos que não têm acesso a ela. Como uma instituição delimitadora, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, *ela separa e institui* (Louro, 1997). Mas, a escola, assim como a sociedade e a mídia em geral, ainda não coloca à baila os problemas do preconceito. Tudo se passa como se fôssemos ausentes de preconceito e tratamos de forma igual indivíduos e grupos de indivíduos das mais diversas origens sociais e culturais. Os professores e as professoras ainda não incorporaram em seus trabalhos as discussões acadêmicas (se é que tomaram contato com elas) e servem de instrumento à disseminação do preconceito.

Todos os problemas e as soluções que no meio acadêmico parecem óbvias não chegam à escola, lugar crucial da expansão ou do combate ao preconceito. É no período

escolar que a maioria das crianças entram em contato com outras culturas e outros grupos sociais, onde nesse rico ambiente de diferenças, podemos observar rotineiramente o tratamento preconceituoso, a desinformação e a discriminação.

A escola se apresenta como uma oportunidade ímpar na discussão de preconceitos e injustiças sociais. No entanto, verificamos que ela não é palco de debates, mas sim um palco de marionetes. Nossa escolar reproduz, comandada pelos fios do preconceito e do poder, a noção estereotipada do "índio" genérico, o mito da unidade lingüística, a exaltação da norma culta como instrumento de ascensão social, o mito da "democracia racial". Como instituição delimitadora, ela pode "fabricar" indivíduos que serão peças dos jogos de poder. Caberá ao professor e à professora a árdua tarefa de elucidar as regras desses jogos aos novos indivíduos que se formam.

É claro que não podemos ser ingênuos, a ponto de pensar que a escola vai acabar com o preconceito, como nos diz Louro (1997):

Sem alimentar uma postura reducionista ou ingênua - que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância - isso implica adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o 'natural'; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder. (LOURO, 1997, p.86).

Essa atitude vigilante requer, então: uma revisão de nossas fontes bibliográficas e históricas e, como aponta Louro (1997) *atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho* (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas 'críticas'); cobrar do Governo a supervisão dos livros e o apoio à divulgação de informações



reais (Cf. Grupioni, 1995); deixar de reduzir o ensino da língua à gramática da língua "cultura" - ensinar língua portuguesa não é apenas ensinar gramática normativa; divulgar aos pais e às mães os conhecimentos, as posições teóricas e explicitar a eles também os mecanismos do preconceito. Finalmente, temos de ouvir as vozes das minorias: legar menos favorecidos a tarefa de divulgar sua cultura, deixar o/a aluno/a se expressar e expor seus medos e preconceitos, discutindo-os. Às vezes, esquecemo-nos de que são essas minorias que abrangem a real dimensão do seu (nosso) problema.

Mas tudo isso tem de realmente acontecer, na prática escolar diária, tem de sair das rodas de discussões acadêmicas e penetrar na sala de aula.

## **O ENSINO DE LINGÜÍSTICA ATRAVÉS DA GRAMÁTICA**

Saindo da questão social e se inserido na utilização da gramática, observa-se que a grande contribuição da lingüística moderna para o professor foi trazer um conhecimento mais estruturado, científico e profundo sobre como a língua é constituída e sobre como ela funciona enquanto instrumento de comunicação com uma dimensão social e histórica que é mesmo constitutiva da língua.

Em boa medida, nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber "usar" corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) ou o olfato (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de sentir o cheiro, mas não de aspirá-lo) (BAGNO, 2003, p 17).

O ensino de gramática deve estar preocupado com a qualidade de vida, precisa necessariamente trabalhar com as possibilidades significativas dos recursos lingüísticos e sua condição de uso para funcionar como pistas no sentido de dar efeito de sentido pretendido ou possível, tanto na produção quanto na compreensão de textos.

A educação lingüística do escrever para aprender, do ler para aprender, é dever também repartido e compartilhado por familiares e uma co-responsabilidade social dos que operam com os saberes sistemáticos, que se voltam para o desenvolvimento humano, para a qualificação, trabalho e exercício da cidadania.

Os alunos segundo Travaglia (2003) devem refletir sobre o ensino de língua materna, a partir do estudo de um fenômeno lingüístico o aspecto verbal que pouco espaço encontra na maioria das gramáticas e nas salas de aula.

Só se pode avaliar a qualidade e adequação de um texto quando ficam muito claras as regras do 'jogo' de sua produção". Portanto, é preciso haver clareza na proposta de produção textual; os parâmetros em relação ao que se vai avaliar devem estar bem definidos (TRAVAGLIA, 2003, p.23).

O aluno precisa estar em contextos reais de interação comunicativa, para que os critérios de avaliação que tomam como base as condições de produção tenham alguma validade.

Travaglia (2003) apresentou dois conceitos com que tem trabalhado, o de elementos tipológicos (classe de textos com características em comum) e o de tipelemento (classe de elementos tipológicos de naturezas distintas: tipo, gênero e espécie).

De acordo com Travaglia (2003) um dos aspectos fundamentais da lingüística no ensino é o desenvolvimento de competências comunicativas a partir da compreensão de texto.

É necessário reforçar a necessidade de um ensino que possibilite aos alunos conhecimentos teóricos que ratifiquem a necessidade do uso da língua materna em situações distintas.

Ao trabalhar com verbos, o professor deve estar atento aos aspectos fonológicos, morfológicos, sintático, semântico e mostrar o funcionamento de verbo no níveis lexical, frasal e textual.

Travaglia sugere fazer uma abordagem teórica ou não teórica dos fatos presentes da língua e apresentados nos três tipos de gramática: a normativa, a descritiva e a implícita.

A compreensão sobre a legitimidade das variedades lingüísticas não-padrão é, sem dúvida, o ponto de partida do professor para a orientação de seu aluno na aquisição e desenvolvimento de sua competência no uso da variedade padrão.

É a falsa compreensão de que ensinar português é apenas ensinar gramática, ou ainda que as atividades escolares de leitura e produção de texto devam ser separadas daquelas em que os alunos são levados a refletir sobre os pontos da gramática.

Segundo Travaglia (2003) é preciso questionar a dicotomia posta quando se diz “aspectos gramaticais e textuais da fala / escrita”, pois dizer assim faz pensar que o que é textual não é gramatical e que o que é gramatical não é textual, posição com a qual não se pode concordar. Tal crença põe um problema para o que se faz em sala de aula, pois faz supor uma separação entre as atividades de ensino de gramática e de produção / compreensão de textos, que inexistente, o que acaba prejudicando em muito o trabalho que se poderia fazer.

De acordo Travaglia (2003) é necessária uma continua adequação de linguagem ao contexto e ao interlocutor, seja de qual classe social for, sem ser trabalhada exclusivamente a gramática normativa como regra geral e única para o ato comunicativo.

A utilização de idéias sobre o trabalho da linguagem do aluno em sala de aula nos remete a uma das possíveis soluções sobre o preconceito lingüístico escolar, que é o de desmistificar a máxima que só a norma considerada culta é a única forma de se comunicar.

Os alunos, principalmente os de classes mais pobres que estudam em escolas de periferia, que são filhos de pais com pouca ou nenhuma escolaridade, são constantemente vítimas deste tipo de preconceito, e cabe aos professores de Língua Portuguesa, baseados nos ensinamentos de autores como Bourdier e Travaglia tentar mudar este conceito de certo e errado, já que a língua é dinâmica e emanada do povo.

## **CONSIDERAÇÕES**

Fica patente, após uma análise do pensamento dos teóricos que fizeram parte das referências deste artigo, que é necessário que se faça um estudo aprofundado sobre as diferenças lingüísticas existentes na escola, ou nas escolas deste país, para que se encontrem melhores métodos de ensino e, assim, produzir o nosso próprio conhecimento gramatical, levando-se em conta o regionalismo e a linguagem materna como fatores predominantes que hoje geram muitos conflitos com a tradição normativa.

Hoje categoricamente pode-se dizer que o estudo da gramática não é indispensável para se dominar a língua portuguesa, o mais importante na aprendizagem do português é comunicar e fazer da linguagem, instrumento de identificação.

Embora o uso da chamada língua culta seja utilizado como forma de preconceito, principalmente social como afirma Bourdier, esse fato poderia ser superado ou minimizado na medida em que os educadores, principalmente professores de Português entendessem que os alunos renderiam mais se fosse utilizada na aprendizagem, parte da linguagem do seu dia-a-dia, pois a língua fala da nas ruas, nos guetos, é a que é considerada a verdadeira língua do país, haja vista que a língua é dinâmica, a língua de cem anos atrás e completamente diferente da de hoje, e que dá essa dinâmica é o povo que cria vocábulos, expressões idiomáticas ou seja que constantemente revigora nossa língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira.** 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LOURO. G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdier e a Educação.** São Paulo: Autêntica, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural.** São Paulo: Cortez, 2003.